



## RELACI – 3.2.22 (PMA)

### RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

**Emitente:** Secretaria Executiva de Controle e Transparência

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Alegre – ES

**Gestor responsável:** Nemrod Emerick

**Exercício:** 2025

#### 1. INTRODUÇÃO

A Secretaria Executiva de Controle e Transparência elaborou o **Plano Anual de Atividades (PAA)** e o **Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI)**, para o exercício de 2025, no dia 11/02/2025, o qual foi enviado ao Chefe do Poder Executivo e, posteriormente, aprovado, tendo como destaque a realização de auditorias nas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Alegre, bem como em suas Autarquias, conforme Lei nº 3.582/2020, assim como nas normas específicas do TCE-ES (Instrução Normativa nº 68/2020 e Resolução nº 227/2011).

No entanto, a execução das atividades da SECONT, no exercício de 2025, foi prejudicada devido ao baixo quantitativo de servidores, conforme demonstrado no quadro de pessoal abaixo.

Além disso, surgiram novas demandas, como atendimentos às notificações dos órgãos de controle externo, especialmente do TCE-ES (ações de controle interno, transparência nos recursos públicos, recomendações quanto às novas legislações, etc.).

#### 1.1. Quadro de Pessoal da Secretaria Executiva de Controle e Transparência

No exercício de 2025 para as atividades da SECONT foram disponibilizados 04 (quatro) servidores municipais, conforme abaixo:

Cargos	2025	Decreto de nomeação	Data da nomeação
Secretário Executivo de Controle e Transparência	01	13.967/2025	01/07/2025
Subsecretária de Controle Interno	01	13.969/2025	01/07/2025
Diretoria de Normatização e Gestão de Resultados	01	N/A	N/A
Superintendente de Ouvidoria e Participação Social	01	13.468/2024	27/05/2024
Diretora de Integridade e Transparência	01	13.512/2024	01/07/2024



Ressaltamos que a organização administrativa do Município de Alegre adota a técnica de divisão da administração pública em administração direta (composta de órgãos públicos despersonalizados) e administração indireta (composta de entidades jurídicas dotadas de personalidade jurídica própria), através do processo da desconcentração e da descentralização administrativa.

Com isso, no âmbito do Poder Executivo Municipal, existem 04 (quatro) Unidades Gestoras, são elas: 1- Prefeitura Municipal de Alegre; 2- Fundo Municipal de Assistência Social; 3- Fundo Municipal de Educação; e, 4- Fundo Municipal de Saúde, assim como outras 03 (três) Autarquias Municipais, quais sejam: 1- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA); 2- Instituto de Previdência e Assistência do Município de Alegre (IPASMA); e, 3- Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alegre (SAAE).

Sendo assim, a SECONT é responsável por exercer o controle interno em 07 (sete) unidades, contando com poucos servidores, bem como de emitir, neste momento, o total de 15 (quinze) relatórios de controle interno (RELACI, RELOCI e RELUCI) e 07 (sete) arquivos estruturados (INFOCI), o que se mostra completamente desproporcional, já que o trabalho exigido é superior à mão de obra disponibilizada.

## 2. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2025

### 2.1. Plano Anual de Atividades – PAA 2025

#### - Secretário Executivo de Controle e Transparência (SECONT)

Secretário Executivo de Controle e Transparência			
Atividade	Objeto	Tema Central	Tipo de Ação
01	Demandas Internas	Análises de demandas internas	1. Análises de demandas por solicitação do Exmo. Prefeito ou dos Ordenadores de Despesas, podendo resultar em abertura de trabalhos específicos de auditoria;  2. Análises de processos, por solicitação do Exmo. Prefeito ou dos Ordenadores de Despesas, com emissão de parecer técnico, a fim de subsidiar na tomada de decisão;  3. Orientações aos técnicos das UG's em demandas pontuais, com estudos técnicos.
02	Demandas Externas (TCE, MP, MPC, CGU e TCU)	Análises de demandas externas	1. Atendimento às notificações e citações dos Órgãos de Controle Externo;  2. Diligências às solicitações do TCE-ES em relação ao Exmo. Prefeito ou aos Ordenadores de Despesas;  3. Atendimento às demandas do MP-ES e do MPC-ES;  4. Acompanhamento de prazos das solicitações dos Órgãos de Controle Externo (TCE-ES, MP-ES, MPC-ES, CGU e TCU);



			5. Atendimento e acompanhamento às determinações e recomendações do TCE-ES, cujo resultado da ação será ponto de análise da PCA.
03	Outras Demandas	PAA	1. Acompanhamento da execução do PAA.
04	Prestação de Contas Anuais	PCA	1. Elaboração dos Relatórios e pareceres conclusivos (RELACI, RELUCI e INFOCI) sobre as contas anuais de gestão; 2. Elaboração do Relatório e parecer conclusivo sobre as contas de Prefeito (RELOCI, RELACI e INFOCI).
05	Prestação de Contas Mensal	PCM	1. Homologação do Rol de Responsáveis.
06	Tomada de Contas Especial	TCE	1. Controle e instituição de prazos; 2. Elaboração de parecer conclusivo (IN 32/2014 TCE-ES).
07	Auditorias	PAAI	1. Acompanhamento da execução do PAAI.

- Subsecretaria de Controle Interno (SUBSCI)

Subsecretaria de Controle Interno			
Atividade	Objeto	Tema Central	Tipo de Ação
01	Monitoramento e Fiscalização dos Instrumentos de Planejamento (PPA, LDO e LOA)	Anual	1. Verificar a correta apresentação dos Instrumentos em face das exigências legais (prazos e transparência).
02	Relatórios de Execução Orçamentária – RREO	Bimestral	1. Monitorar atendimento de prazos.
03	Relatórios de Gestão Fiscal – RGF	Quadrimestral / Semestral	1. Monitorar atendimento de prazos; 2. Fiscalização da gestão fiscal (controle da despesa com pessoal, informando imediatamente ao Prefeito Municipal, caso constatado descumprimento dos limites previstos na LRF).
04	Outras Demandas	PAA	1. Execução do PAA.
05	Auditorias	PAAI	1. Execução do PAAI.
06	Ações de Integridade	Revisão de Normas de controle interno (Res. 227/2011 TCE-ES)  Metodologias ágeis no contexto da administração pública	1. Revisão de normas já existentes e elaboração de outras por demanda das Secretarias; 2. Reuniões de orientação às Secretarias para elaboração e/ou atualização das normas; 3. Estudo de viabilidade para aplicação de Metodologias ágeis no contexto da administração pública.

- Superintendência de Ouvidoria e Participação Social (SOPS) e Diretoria de Integridade e Transparência (DINT)

Superintendência de Ouvidoria e Participação Social e Diretoria de Integridade e Transparência			
Atividade	Objeto	Tema Central	Tipo de Ação
01	Ações de Transparência / Controle Social	Portal Transparência	1. Monitoramento da inserção das informações, com a elaboração e aplicação de Checklist; 2. Notificação às Secretarias para atendimento de maneira imediata;



			<p>3. Se a situação da Secretaria permanecer inalterada, realizar reunião com os agentes envolvidos, na qual serão estabelecidos prazos para regularização da situação;</p> <p>4. Orientações aos técnicos das Secretarias para inserção das informações;</p> <p>5. Solicitação de aperfeiçoamento do Portal junto à empresa contratada, conforme demandas dos órgãos de controle externo;</p> <p>6. Monitoramento da inserção das informações atualizadas por parte das Secretarias;</p> <p>7. Notificação às Secretarias envolvidas para atendimento aos quesitos de transparência exigidos pelos órgãos de controle.</p>
02	<b>Ações de Transparência / Controle Social</b>	Ouvidoria Municipal	<p>1. Monitoramento dos prazos de atendimento e solicitações via Sistema;</p> <p>2. Atendimento ao cidadão presencial, via telefone e via Plataforma Fala.BR;</p> <p>3. Auxílio na resolução de demandas junto às Secretarias;</p> <p>4. Elaboração dos seguintes relatórios: Estatístico de Ouvidoria e Estatístico do e-Sic (com ampla publicidade).</p>
03	<b>Ações de Integridade</b>	<p>Transparência Capixaba (ITGP) – Ranking Estadual</p> <p>ATRICON – Programa Nacional de Transparência Pública</p> <p>ES em Ação - Selo de Qualidade em Transparência e Governança Pública</p>	<p>1. Coordenar as atividades relacionadas às avaliações de Transparência e Integridade Pública.</p>

#### 2.1.1. Atividades em Destaque – PAA 2025

#### 2.1.2. Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas

#### 2.1.3. Prestação de Contas Mensal – PCM (2025)

A SECONT atua no monitoramento do envio da Prestação de Contas Mensal (PCM) ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES),<sup>1</sup> além de ser responsável por informar à Corte o rol de responsáveis das Unidades Gestoras, por meio do sistema CidadES.

Para isso, é realizado um intenso trabalho de acompanhamento quanto aos prazos estabelecidos no Calendário de Obrigações do TCE-ES para o lançamento das informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias e de controle no sistema CidadES.

<sup>1</sup> Remessa e processamento dos dados referentes à abertura do exercício e às prestações de contas mensais dos jurisdicionados. Seguindo as datas determinadas pelo TCE-ES, o gestor deve lhe encaminhar as peças de planejamento (PPA, LDO e LOA), suas atualizações, além das informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias e de controle.



Situação do envio de remessas ao TCE-ES – PMA Exercício de 2025	
<b>Janeiro</b>	Remessa homologada em 17/02/2025
<b>Fevereiro</b>	Remessa homologada em 07/03/2025
<b>Março</b>	Remessa homologada em 04/04/2025
<b>Abril</b>	Remessa homologada em 09/05/2025
<b>Mai</b>	Remessa homologada em 06/06/2025
<b>Junho</b>	Remessa homologada em 04/07/2025
<b>Julho</b>	Remessa homologada em 07/08/2025
<b>Agosto</b>	Remessa homologada em 04/09/2025
<b>Setembro</b>	Remessa homologada em 02/10/2025
<b>Outubro</b>	Remessa homologada em 10/11/2025
<b>Novembro</b>	Remessa homologada em 08/12/2025
<b>Dezembro</b>	Remessa homologada em 28/01/2026

#### 2.1.4. Prestação de Contas Anual – PCA (2025)

A SECONT, conforme determina a Lei Municipal nº 3.582/2020, e normas específicas do TCE-ES (Instrução Normativa nº 68/2020 e Resolução nº 227/2011), é responsável por emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pela Prefeitura Municipal, Unidades Gestoras e Autarquias Municipais.<sup>2</sup>

No primeiro trimestre do exercício de 2026 a SECONT examinou, conforme a competência e formação acadêmica do seu quadro de pessoal, os documentos que compõe a Prestação de Contas Anual (PCA) da Prefeitura Municipal, bem como das Unidades Gestoras e das Autarquias Municipais, relativo ao exercício de 2025, resultando na emissão de 15 (quinze) relatórios de controle interno e 07 (sete) arquivos estruturados.

O objetivo foi de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, conforme determina o artigo 74, inciso IV, da Constituição Federal, bem como avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Prefeitura Municipal de Alegre.

#### 2.1.5. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal (RREO e RGF – 2025)

<sup>2</sup> Conjunto de demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional que permita a emissão de parecer prévio avaliando a gestão política do Chefe do Poder Executivo ou o julgamento, manifestado por meio de acórdão, sobre as contas dos ordenadores de despesas.



O **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)** ajuda a compreender a situação fiscal do município, com dados sobre a execução orçamentária da receita e da despesa. A publicação do RREO é exigência da Constituição Federal prevista em seu artigo 165, §3º, e as normas para sua elaboração e publicação foram estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O **Relatório de Gestão Fiscal (RGF)** é um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal criados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O RGF objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF: despesas com pessoal, dívida consolidada líquida, concessão de garantias e contratação de operações de crédito.

Vale ressaltar a existência de prazos para a emissão e publicação dos supramencionados instrumentos de transparência da gestão fiscal, quais sejam:

INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL	PERÍODO	PRAZO LIMITE PARA PUBLICAÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
RREO	1º Bimestre	30 de março	Art. 52 da LRF
	2º Bimestre	30 de maio	
	3º Bimestre	30 de julho	
	1º Semestre		
	4º Bimestre	30 de setembro	
	5º Bimestre	30 de novembro	
	6º Bimestre	30 de janeiro do exercício seguinte	
	2º Semestre		
Anual			
RGF	1º Quadrimestre	30 de maio	Art. 55, § 2º c/c 63, II, “b”, da LRF
	1º Semestre*	30 de julho	
	2º Quadrimestre	30 de setembro	
	3º Quadrimestre	30 de janeiro do exercício seguinte	
	2º Semestre*	30 de janeiro do exercício seguinte	

\*Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optarem por divulgar **semestralmente** o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do art. 63 da LRF.

A SECONT promoveu, diligentemente, alertas periódicos à Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento (SEFIP) para a observância dos prazos de publicação dos relatórios em questão, cumprindo, assim, as funções descritas no artigo 70 da Lei Orgânica Municipal.

#### 2.1.6. Instrumentos de Planejamento – PPA, LDO e LOA (2025)

Como marco inicial, foi encaminhado o OFÍCIO Nº 051/2025, com data de 31/03/2025, direcionado ao Prefeito Municipal e, também, ao Secretário Executivo de Finanças e Planejamento, indicando o prazo para encaminhamento do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício financeiro de 2026 ao legislativo municipal, qual seja, 30/04/2025.





Agindo de forma diligente, o Executivo Municipal encaminhou o Projeto de Lei nº 006/2025 para a Câmara Municipal no dia 25/04/2025, atendendo ao disposto no art. 3º, §5º, do Regimento Interno do Poder Legislativo.

Do mesmo modo que a legislação fixa prazo para o encaminhamento do projeto de lei ao legislativo, também fixa para a devolução e sanção daquele, cujo prazo limite vence em 30/06/2025.

Vale destacar que o prazo anteriormente indicado não fora rigorosamente observado, tendo a Lei nº 3.929/2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2026) sido sancionada no dia 09/07/2025.

No que se refere ao Plano Plurianual (PPA), a SECONT encaminhou o OFÍCIO Nº 131/2025, datado de 04/08/2025, por meio do qual alertou acerca do dever de encaminhamento, ao Poder Legislativo Municipal, do projeto de lei que estabelece o planejamento da Administração Pública para o período de 04 (quatro) anos, compreendendo os exercícios de 2026 a 2029. O prazo legal para tal providência findava-se em 30/08/2025, tendo sido enviado o Projeto de Lei nº 017/2025 à Câmara Municipal de Vereadores em 30/09/2025, não tendo o prazo sido rigorosamente observado.

No que concerne à devolução e sanção da referida norma, esta Secretaria encaminhou o OFÍCIO Nº 198/2025, datado de 03/12/2025, alertando acerca do prazo final de 22/12/2025 para a sanção. Referido prazo foi regularmente cumprido, tendo a Lei nº 3.959/2025 sido sancionada em 28/11/2025.

Quanto à Lei Orçamentária Anual (LOA), a SECONT encaminhou o OFÍCIO Nº 145/2025, com data de 01/09/2025, alertando sobre o dever de encaminhar, ao Legislativo Municipal, o projeto de lei estimando a receita e fixando as despesas para o exercício de 2026, cujo prazo encerrou em 30/09/2025, sendo devidamente cumprido por meio do Projeto de Lei nº 019/2025, encaminhado para a Câmara dos Vereadores no dia 25/09/2025.

Por fim, no que tange a devolução e sanção da retromencionada lei orçamentária, foi encaminhado, por esta SECONT, o OFÍCIO Nº 194/2025, com data de 01/12/2025, alertando sobre o prazo do dia 20/12/2025, o qual foi devidamente observado, sendo a Lei nº 3.965/2025 sancionada no dia 16/12/2025.

Assim agindo, a SECONT cumpriu seu papel monitorando e fiscalizando as atividades voltadas aos instrumentos de planejamento, não havendo nada mais a ser realizado a respeito.



---

### **2.1.7. Revisão de Normas de Controle Interno (Resolução nº 227/2011) e Aplicação de Metodologias Ágeis**

A normatização ou revisão das instruções normativas demandam considerável tempo e disponibilidade não apenas da SECONT, mas, também, dos demais setores envolvidos. Tempo este que foi comprometido em razão da necessidade de adequações realizadas no Portal da Transparência, bem como em relação às rotinas de lançamentos e alimentação automática do aludido portal.

O tempo dedicado às melhorias na área da transparência pública do Município de Alegre foi notoriamente proveitoso, vez que os avanços observados nas duas últimas avaliações demonstram que os esforços empregados surtiram os efeitos esperados.

Em 2022, o Município de Alegre recebeu conceito “regular” em razão dos 51,9 pontos obtidos na avaliação realizada pela Transparência Capixaba. Partindo para conceito “ótimo” em 2023, com 96,8 pontos obtidos, e em 2024, com 98 pontos. Chegando, atualmente, conforme avaliação realizada em 2025, a 97,9 pontos, mantendo o conceito “ótimo”.

Contudo, desde o exercício de 2022, foi dado início a utilização do Trello, que se trata de uma ferramenta visual que possibilita, de maneira coletiva, o gerenciamento de qualquer tipo de projeto, fluxo de trabalho ou monitoramento de tarefas. Permitindo a criação de checklists, fixação de prazos, bem como a automação na organização das atividades, otimizando o controle sobre o trabalho desempenhado na execução dos planos de atividades e auditorias estabelecidas para o exercício.

Desde sua implementação, os colaboradores da SECONT têm aperfeiçoado a utilização do Trello, realizando rotinas mais frequentes de inserções de tarefas e compromissos na referida ferramenta, o que tem permitido maior controle sobre prazos e uma atuação mais diligente e objetiva do Controle Interno.

### **2.1.8. Transparência e Acesso à Informação (2025)**

#### **2.1.9. Portal da Transparência**

Durante o último ano, nossa Secretaria concentrou esforços para fortalecer os mecanismos de transparência em todas as áreas de atuação. Implementamos medidas robustas de prestação de contas, garantindo que as informações pertinentes estejam disponíveis de forma





clara e acessível ao público. Além disso, aprimoramos os processos de comunicação, promovendo uma maior divulgação das atividades realizadas e dos resultados alcançados.

É importante ressaltar que esses avanços não ocorreram por acaso. Eles são fruto do comprometimento e da dedicação da equipe da SECONT, que trabalhou arduamente para promover uma cultura organizacional pautada pela transparência e pela integridade.

A estrutura da SECONT é reduzida, porém orientada à eficiência operacional e à entrega de resultados institucionais relevantes. Mais gastos nem sempre garantem mais entregas, como evidenciado pelo reconhecimento que segue:

- Ranking Capixaba de Transparência e Governança Pública realizado pela Organização não governamental Transparência Capixaba com apoio da Transparência Internacional (TI-Brasil), com uma pontuação de 97,9 pontos;
- Selo Diamante de Qualidade em Transparência e Governança Pública realizado pelo Espírito Santo em Ação (ES em Ação);
- Selo Ouro no âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) na avaliação da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON).

#### **2.1.10. Ouvidoria Municipal (Fala.BR)**

A Ouvidoria, no uso de suas atribuições, recebe, classifica, trata e responde as manifestações típicas de Ouvidoria, fixadas pela Lei nº 13.460/2017 (elogios, sugestões, solicitações, reclamações e demais pronunciamentos de usuários), conforme estabelecido na Lei Municipal nº 3.455/2021, assim como as manifestações relativas ao Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR), presencialmente, na sede da SECONT, telefone, via e-mail ou WhatsApp Institucional, alertando diligentemente os gestores quando identificados eventuais atrasos e inobservância dos prazos fixados nas legislações aplicáveis.

Foi implementado o Menu “Ouvidoria Municipal” no Portal da Transparência, com objetivo de reunir as competências e ações realizadas pela Ouvidoria, como a divulgação de seus relatórios, cartas de serviços, legislações, dúvidas frequentes, a fim de facilitar ao usuário o amplo acesso das informações, em homenagem aos princípios da eficiência e publicidade da administração pública.

Link: <https://alegre-es.portaltip.com.br/consultas/ouvidoria.aspx>



#### 2.1.10.1. Relatório Estatístico Ouvidoria (2025)

Encontra-se disponível no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre o **Relatório Estatístico da Ouvidoria Municipal**, contendo dados relativos às atividades desenvolvidas no exercício de 2025.

Relatórios de Ouvidoria:

<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=480>

#### 2.1.10.2. Relatório Estatístico e-SIC (2025)

Encontra-se disponível no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre o **Relatório Estatístico do e-SIC**, contendo dados relativos aos pedidos de Acesso à Informação no exercício de 2025.

Relatórios do e-SIC:

<https://alegre-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=39>

#### 2.1.11. Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos (2025)

Os servidores da SECONT participaram, durante o exercício de 2025, de cursos, palestras e treinamentos pertinentes às suas atribuições, conforme quadros abaixo:

#### Kassio Valadares Amorim / Secretário Executivo de Controle e Transparência

Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos	
Curso “Trilha de Aprendizagem Gestão Municipal: Planejamento e Governança”	Organizado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)
XVIII Seminário Capixaba de Previdência	Organizado pela Associação Capixaba dos Institutos de Previdência (ACIP)
Curso “Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas”	Organizado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Curso “LGPD - A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Contexto do Serviço Público”	Organizado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Participação como Palestrante no evento Governos do Futuro 2025, no painel “Do papel ao pixel: casos reais do impacto da comunicação digital”	Organizado pela GOVE
Curso “Venda Mais, com ênfase no Setor Público – Edição Alegre”	Organizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)



**Monik Aparecida Nolasco de Souza / Subsecretária de Controle e Transparência**

<b>Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos</b>	
ENFOC 2025 - LGPD – A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Contexto do Serviço Público	Organizado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.
ENFOC 2025 - Planejamento em Primeira Infância – de acordo com o Acórdão TCE 570/2024	Organizado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Seminário Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	Organizado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Formação de Multiplicadores do Modelo de Governança e Gestão Pública	Organizado pelo Governo Federal – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
Evento Branding Governamental - Construindo Uma Gestão Memorável	Organizado pela GOVE
Ágil No Contexto do Serviço Público	Organizado pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Controles na Administração Pública	Organizado pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Fiscalização e Controle da Administração Pública Municipal	Organizado pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Formação de Facilitadores de Aprendizagem	Organizado pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Modelo de Governança e Gestão - Gestaopublica.gov.br - Visão Geral e Sistema	Organizado pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Scrum No Contexto do Serviço Público	Organizado pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Sistema de Controle Interno da Administração e Procuradoria Municipal	Organizado pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Oficina de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência	Organizado pela Efficere
Oficina de Instrução do Processo Sancionador, com base na Lei nº 14.133/2021, e no Decreto Municipal nº 13.921/2025	Organizado pela Efficere

**Poliana Dalto de Souza / Superintendente de Ouvidoria e Participação Social**

<b>Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos</b>	
Governança de Dados e Inventário da Informação: Fortalecimento a Inteligência nas Ouvidorias Públicas	Organizado pela Controladoria-Geral da União
Sistema de Trilhas Formativas	Organizado pelo Tribunal de Contas da União



ENFOC 2025 - Polo VI - LGPD - A Lei Geral de Proteção de Dados	Organizado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Espírito Santo
ENFOC 2025 - Polo VI - Planejamento em Primeira Infância	Organizado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Espírito Santo
Divulgação do Ranking Capixaba de Transparência e Governança Pública	Organizado pela Transparência Capixaba em parceria com o ES em Ação
Transparência Ativa: Aspectos Gerais da Avaliação e do Monitoramento	Organizado pela Controladoria-Geral da União
Programas e Trilhas: Cursos de Ouvidoria	Organizado pela ENAP (Escola Nacional de Administração Pública)

### **Marianna Vailant Alves / Diretora de Integridade e Transparência**

<b>Participação em Cursos, Palestras e Treinamentos</b>	
Lançamento do Ranking Capixaba de Transparência e Governança Pública 2024, realizado no dia 16/07/2024	Organizado pela Transparência Capixaba com apoio do Espírito Santo em Ação
ENFOC 2024 – Encontro de Formação e Controle, Curso “Ouvidorias Ativas: Fundamentos e Práticas Inovadoras”, realizado no dia 24/09/2024	Organizado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Capacitação do Uso do E-DOCS, realizado no período de 11 de setembro a 12 de setembro de 2024	Organizado pela Escola de Serviço Público do Estado do Espírito Santo
Webinar Online “Inovações Software da GOVE em vista da Resolução 547 do CNJ”, em 07 de novembro de 2024.	Organizado pela Empresa GOVE.
Curso “Acesso à Informação”, realizado entre 21 de março a 23 de março de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Ágil no Contexto do Serviço Público”, realizado entre 14 a 25 de março de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Assédio Moral: O que saber e fazer”, realizado entre 25 e 26 de março de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Atividade Correcional - Visão Geral”, realizado entre 25 a 27 de março de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Controles na Administração Pública”, realizado entre 21 a 26 de março de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Fiscalização e Controle da Administração Pública Municipal”, realizado entre 25 e 26 de março de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Fundamentos da Integridade Pública: Prevenindo a Corrupção”, realizado entre 25 a 27 de março de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública



Curso “Proteção ao Denunciante e Tratamento de Denúncias em Ouvidoria”, realizado entre 26 e 27 de março de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Scrum no Contexto do Serviço Público”, realizado entre 14 a 25 de março de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Sistema de Controle Interno da Administração e Procuradoria Municipal”, realizado entre 21 a 25 de março de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Análise e Melhoria de Processos”, realizado entre 16 a 22 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Comunicação não violenta”, realizado entre 27 de março a 03 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Criatividade e Novas Tecnologias para facilitar o seu dia a dia no trabalho”, realizado entre 22 e 23 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Desenvolvendo Times de Alta Performance”, realizado entre 04 a 10 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Design Thinking Aplicado à Educação”, realizado entre 04 a 16 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Eixo 1 - Tomando decisões com base na ética   Programa - Ética e integridade pública, realizado entre 04 a 10 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Eixo 2 - Adotando conduta moral adequada   Programa - Ética e integridade pública, realizado entre 07 a 17 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Elaboração do Plano de Contingência para Riscos de Desastres”, realizado entre 04 a 22 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Ética e Serviço Público”, realizado entre 27 de março a 03 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Fundamentos da transformação digital: mapeamento e automação de processos”, entre 22 a 24 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Gestão da Estratégia com BSC – Fundamentos”, realizado entre 22 a 30 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Gestão da Inovação no Setor Público”, realizado entre 17 a 22 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Governo Aberto”, realizado entre 16 a 30 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Impactos da Mudança do Clima para a Gestão	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de



Municipal”, realizado entre 16 a 30 de abril de 2025.	Administração Pública
Curso “Inteligência Emocional”, realizado entre 10 a 30 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Introdução à Gestão de Processos”, realizado entre 16 a 30 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Introdução à Gestão de Projetos”, realizado entre 16 a 30 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Introdução à Gestão de Riscos”, realizado entre 10 a 30 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Introdução à Gestão e Apuração da Ética Pública”	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais”, realizado entre 16 a 30 de abril.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Mundo Conectado – Manual de Sobrevivência”, realizado entre 22 a 25 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Novas Tecnologias para a Transformação Digital”, realizado entre 20 a 30 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Prevenção e Enfrentamento do Assédio Sexual e Moral”, realizado entre 20 a 30 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Princípios do Design Thinking e Inovação em Governo”, realizado entre 20 a 30 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Proteção de Dados Pessoais no Setor Público”, realizado entre 29 e 30 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso de “Serviços públicos e defesa do usuário”, realizado entre 20 a 30 de abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Programa de Integridade Pública – Fundamentos, realizado entre março e abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Programa Transformação do serviço público mais digital, conectado, aberto e transparente, realizado entre março e abril de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Branding Governamental – construindo uma gestão memorável, realizado em 08 de abril de 2025.	Organizado pela Empresa GOVE
Curso “Gestão do Conhecimento no Setor Público”, realizado entre 30 de abril a 07 de maio de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Gestão de Riscos em Processos de Trabalho (segundo o Coso)”, realizado entre 22 de abril a 07 de maio de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “GIRD+10: Gestão Integrada de Riscos e Desastres”, realizado entre 25 de abril a 13 de maio de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública





Curso "Liderança e Gestão De Equipes", realizado entre 29 de abril a 07 de maio de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso "Proteção e Defesa Civil: Atuação no Âmbito Municipal", realizado entre 25 de abril a 13 de maio de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso "Proteção e Defesa Civil: Gestão de Risco", realizado entre 25 de abril a 12 de maio de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso "Proteção e Defesa Civil: introdução à Política Nacional", realizado entre 25 de abril a 12 de maio de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso "S2ID - M1 - Usuário Municipal - Registro e Reconhecimento", realizado entre 25 de abril a 13 de maio de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Programa Ética e Integridade Pública, realizado entre março a maio de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Programa Gestão Ágil para Transformação Digital, realizado entre março a maio de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Programa Proteção e Defesa Civil - Gestão de Riscos, realizado entre março a maio de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Oficina de Elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, realizado em 19 de maio de 2025.	Organizado pela Efficere Assessoria
Oficina de Instrução do Processo Sancionador, com base na Lei 14.133/2024, e no Decreto Municipal n. 13.921/2025, realizado em 23 de junho de 2025.	Organizado pela Efficere Assessoria
Curso "Design Sprint em Projetos de Transformação Digital", realizado entre 05 a 25 de junho de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso "Elaboração do Plano de Contingência para os Riscos Decorrentes de Barragens", realizado entre 05 a 25 de junho de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso "S2ID - M4 - Todos - Plano de Contingência", realizado entre 05 a 25 de junho de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso "Transformação Digital no Serviço Público", realizado entre 24 e 25 de junho de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Programa Gestão de Processos Organizacionais, realizado entre abril a junho de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Programa Plano de Contingência – Plancon, realizado entre abril a junho de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Oficina de Planejamento da Contratação: DFD – Documento de Formalização de Demanda, ETP – Estudo Técnico Preliminar e TR – Termo de	Organizado pela Efficere Assessoria



Referência, realizado em 29 de setembro de 2025	
Curso “Cultura Organizacional Ágil Aplicada ao Contexto Público”, realizado entre 14 a 16 de outubro de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “S2ID - M2 - Usuário Municipal - Prestação de Contas das Ações de Resposta”, realizado entre 14 a 16 de outubro de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “S2ID - M3 - Usuário Municipal - Acompanhamento das Obras de Reconstrução”, realizado entre 14 a 16 outubro de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “2ID - M3 - Usuário Municipal - Solicitação de Recursos para Obras de Reconstrução”, realizado entre 14 a 16 de outubro de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Análise de dados: uma leitura crítica das informações”, realizado entre 13 e 14 de outubro de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Eixo 1 - Analisando dados e evidências   Programa de Resolução de problemas com base em dados, realizado entre 29 de agosto a 14 de outubro de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Eixo 2 - Resolvendo problemas   Programa de Resolução de problemas com base em dados, realizado entre 29 de agosto a 14 de outubro de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Elaboração de Plano de Contingência para Risco de Desastres de Movimento de Massa”, realizado entre 23 de setembro a 14 de outubro de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Elaboração do Plano de Contingência para Riscos de Desastres”, realizado entre 23 de setembro a 13 de outubro de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Estatística para Análise de Dados na Administração Pública”, realizado entre 13 e 14 de outubro de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Gerenciamento de Projetos na Prática”, realizado entre 29 de agosto a 13 de outubro de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Planejamento Governamental”, realizado entre 13 e 14 de outubro de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “S2ID - M2 - Usuário Municipal - Execução das Ações de Resposta”, realizado entre 13 e 14 de outubro de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “S2ID - M2 - Usuário Municipal - Solicitação de Recursos para Ações de Resposta”, realizado entre 23	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública



de setembro a 14 de outubro de 2025.	
Curso “Uso do Design em Políticas Públicas”, realizado entre 13 e 14 de outubro de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Curso “Controle Socioambiental de Infraestrutura”, entre os dias 04 e 07 de novembro de 2025.	Organizado pela Transparência Internacional
Curso “Integridade, Transparência e Accountability Pública”, realizado em 14 de novembro de 2025.	Organizado pelo Tribunal de Contas da União
Curso “Responsabilização no TCU”, realizado de 13 a 14 de novembro de 2025.	Organizado pelo Tribunal de Contas da União
Curso “Políticas Culturais no Brasil: Da Constituição Cidadã à Implementação do SNC”, realizado em 07 de novembro de 2025.	Organizado pelo Tribunal de Contas da União
Curso “Políticas Públicas da Educação: FUNDEB – Gestão e Controle Social”, realizado entre 07 e 13 de novembro de 2025	Organizado pelo Tribunal de Contas da União
Curso “Políticas Públicas da Saúde: Contratualização Hospitalar no SUS”, realizado entre 07 e 13 de novembro de 2025.	Organizado pelo Tribunal de Contas da União
Curso “Obras Públicas de Edificação e de Saneamento – Módulo Orçamento”, realizado em 02 de novembro de 2025.	Organizado pelo Tribunal de Contas da União
Curso “Obras Públicas de Edificação e de Saneamento – Módulo Planejamento”, realizado entre 3 a 6 de novembro de 2025.	Organizado pelo Tribunal de Contas da União
Curso “Execução de Instrumentos de Transferências”, realizado entre 5 e 6 de novembro de 2025.	Organizado pelo Tribunal de Contas da União
Curso “Prestação de Contas das Transferências”, realizado entre 6 a 10 de novembro de 2025.	Organizado pelo Tribunal de Contas da União
Curso “Proposição de Transferências Voluntárias”, realizado no dia 5 de novembro de 2025.	Organizado pelo Tribunal de Contas da União
Curso “Atuação do Encarregado na LGPD: A Função de Orientar”, realizado entre 16 de outubro a 05 de novembro de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
Eixo 2 - Comprometendo-se com o desenvolvimento pessoa   Programa - Autoconhecimento e desenvolvimento pessoal, realizado entre 16 de outubro a 14 de novembro de 2025.	Organizado pelo ENAP – Escola Nacional de Administração Pública



## 2.2. Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2025

### ATIVIDADES DE AUDITORIA PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025

#### 1. Itens de abordagem prioritária

##### 1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	CRFB/88, art. 168.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Contas de Governo

##### 1.2. Gestão Previdenciária

1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	Análise documental; revisão analítica.	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais decorrentes do plano de amortização do déficit atuarial.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9717/1998 art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li></ul>	Análise documental; revisão analítica; conciliação	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias de servidores na folha de pagamento e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de Equacionamento	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9717/1998 art. 1º.</li></ul>	Análise documental; indagação.	Avaliar, no RPPS onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio, com base em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.	Contas de Governo e Contas de Gestão do RPPS

##### 1.4. Limites constitucionais e legais

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.4.1	Educação – aplicação mínima	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021	Revisão analítica	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Contas de Governo
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Análise Documental	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Contas de Governo



1.4.7	Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Análise Documental	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Contas de Governo  Contas de Poderes
<b>2. Itens de abordagem complementar</b>					
<b>2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA</b>					
2.1.17	Transparência na gestão - realização de audiências públicas	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único.	Análise documental	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Contas de Governo
<b>2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária</b>					
2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Análise Documental	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Contas de Governo
<b>2.3. Gestão patrimonial</b>					
2.3.2	Dívida pública – precatórios pagamento	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Análise Documental	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
<b>2.5. Gestão Previdenciária</b>					
2.5.18	Avaliação atuarial – reavaliação anual	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I.	Análise Documental	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou em cada balanço a reavaliação do seu plano de custeio/benefícios e a verificação da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.	Contas de Gestão do RPPS
2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas	Lei 10.887/2004, art. 9º, inc. II; Portaria MTP 1.467/2022, art. 47.	Análise documental; indagação.	Verificar se o RPPS realiza recadastramento anual dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas “prova de vida”.	Contas de Gestão do RPPS
2.5.43	Pagamento indevido – beneficiários falecidos	Lei 4.320/1964, art. 63.	Análise documental; confirmação externa.	Verificar se o RPPS adota medidas de controle para evitar o pagamento a beneficiários falecidos.	Contas de Gestão do RPPS

Os pontos de controle prioritários e complementares acima foram extraídos da Instrução Normativa TC nº 68, de 08 de dezembro de 2020 que “estabelece critérios para a composição, organização e apresentação da prestação de contas anual, prestação de contas mensal, remessas de dados, informações e demonstrativos sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial, gestão fiscal e previdenciária, por meio eletrônico, ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências”.



## 2.2.1. Atividades de Auditoria – PAAI 2025

Todas as atividades de auditoria previstas para o exercício de 2025 foram concluídas pela equipe da SECONT. O relatório de conclusão do Plano Anual de Auditoria Interna está disponível no link <https://alegre-es.portaltip.com.br/consultas/documentos.aspx?id=734>

## 2.3. Elaboração do PAA e do PAAI 2026

Em cumprimento com a meta estabelecida para o exercício de 2025 o **Plano Anual de Atividades (PAA)** e o **Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI)**, para o exercício de 2026, já foram confeccionados, bem como aprovados pelo Chefe do Poder Executivo, e se encontram disponíveis para consulta no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Alegre.

Plano Anual de Atividades (PAA):

<https://alegre-es.portaltip.com.br/consultas/documentos.aspx?id=733>

Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI):

<https://alegre-es.portaltip.com.br/consultas/documentos.aspx?id=99>

## 2.4. Atendimento às Demandas Advindas dos Órgãos de Controle Externo (2025)

Durante o exercício de 2025, a SECONT foi acionada a se manifestar e monitorar diversos procedimentos advindos de fiscalizações e recomendações dos Órgãos de Controle Externo, dentre os quais destacamos:

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Fiscalização do TCE-ES, no âmbito do Plano Anual de Controle Externo – PACE 2024  Todas UGs	Fiscalização do TCE-ES, no âmbito do Plano Anual de Controle Externo – PACE 2024, voltada à análise das licitações de obras públicas, com foco na instituição e utilização de modelos de minutas de editais, nos termos do art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.	Atuação da SECONT no atendimento à demanda do TCE-ES, mediante organização, análise e encaminhamento das informações e documentos requisitados pela equipe de auditoria designada.  Foram prestadas informações por meio de questionário específico e encaminhados documentos comprobatórios, incluindo cópia dos modelos de minutas de editais adotados pelo Município, bem como esclarecimentos quanto à utilização de modelos próprios.





			<p>em atendimento aos itens requisitados pela equipe de fiscalização, especialmente quanto à instituição de modelos de editais e à adoção de práticas alinhadas à Lei nº 14.133/2021.</p> <p>A atuação inseriu-se no apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, nos termos do art. 74, inciso IV, da Constituição Federal.</p>
--	--	--	---

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processo TC 00638/2025-6  Fiscalização / Acompanhamento / base cadastral dos servidores ativos vinculados ao RPPS  Todas UGs (exceto FAFIA)	Fiscalização do TCE-ES, na modalidade de acompanhamento, voltada à avaliação da base cadastral dos servidores ativos vinculados ao RPPS do Município, com a submissão de achados de auditoria relacionados à inconsistência na remessa e ausência de normatização dos dados cadastrais.	<p>Atuação da SECONT no atendimento à fiscalização do TCE-ES, mediante instauração de processo administrativo (E-Docs nº 2025-XT464) para organização das informações e controle da demanda.</p> <p>Realização de articulação com os setores responsáveis (SEAD e IPASMA), com solicitação e consolidação das informações necessárias à resposta ao Ofício nº 01944/2025-6.</p> <p>Comunicação formal aos gestores quanto aos achados apontados pelo TCE-ES e orientação para adoção de providências, especialmente quanto à necessidade de instituição de normativo para disciplinar a remessa e atualização dos dados cadastrais ao RPPS.</p> <p>Encaminhamento de resposta ao TCE-ES com os documentos e informações pertinentes, no âmbito da fiscalização.</p> <p>Atuação em apoio ao controle externo, nos termos do art. 74, inciso IV, da Constituição Federal.</p>

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Ofício nº 03391/2025-8  Todas as UGs Autarquias: SAAE e IPASMA	Monitoramento de comunicação administrativa do TCE-ES (Ofício nº 03391/2025-8), referente à obrigatoriedade de observância do salário-mínimo como base mínima de cálculo da contribuição previdenciária dos servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência	Atuação da SECONT na orientação e monitoramento do cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo TCE-ES quanto à base mínima de contribuição previdenciária dos servidores vinculados ao RPPS.



		Social (RPPS).	<p>Expedição do Ofício nº 161/2025, com recomendações técnicas aos órgãos de pessoal (SEAD, SRH, SAAE e IPASMA), recomendando a verificação das folhas de pagamento, a regularização de eventuais inconsistências e a adequação dos sistemas de processamento da folha, de modo a assegurar que nenhuma contribuição previdenciária fosse realizada sobre base inferior ao salário-mínimo.</p> <p>Estabelecimento de prazo para apresentação de relatório com as providências adotadas, bem como posterior reiteração da solicitação por meio do Ofício nº 171/2025, diante da ausência de resposta administrativa no prazo inicialmente fixado.</p> <p>Registro da ausência de manifestação dos órgãos notificados mesmo após reiteração formal, com comunicação da situação à Chefia do Poder Executivo Municipal, em observância aos princípios da eficiência e da economicidade, e encerramento do expediente no âmbito da SECONT.</p> <p>Posterior recebimento de manifestação da Superintendência de Recursos Humanos informando a inexistência de servidores com base de contribuição previdenciária inferior ao salário-mínimo, bem como a adoção de mecanismos automáticos de complementação remuneratória nos sistemas de folha de pagamento, assegurando conformidade com as normas constitucionais e previdenciárias.</p> <p>Atuação em monitoramento contínuo das obrigações previdenciárias municipais, com foco na preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, nos termos do art. 40 da Constituição Federal.</p>
--	--	----------------	---

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle



TCE-ES	Processo TC nº 07119/2024-4  PACE-2024 – TCE-ES  SESA	Monitoramento do Processo TC nº 07119/2024-4, referente à auditoria operacional realizada pelo TCE-ES no âmbito do PACE 2024, com foco na governança da política pública de saúde cardiovascular e na gestão da informação dos medicamentos, nos termos da Lei nº 14.654/2023.	Atuação da SECONT a partir da Decisão SEGEX nº 00086/2025-3, proferida no âmbito do Processo TC nº 07119/2024-4, que identificou, entre os achados de auditoria, fragilidade na gestão da informação dos medicamentos, em desconformidade com a Lei nº 14.654/2023, especialmente quanto à transparência e à atualização das informações relativas aos estoques de medicamentos.  Registro de que o gestor municipal foi formalmente citado por meio do Termo de Citação nº 00083/2025-1, para apresentação de razões de defesa, evidenciando a existência de possível irregularidade com potencial repercussão na responsabilização administrativa.  Expedição de ofício à Secretaria Municipal de Saúde com a finalidade de promover a adequação às exigências legais e às determinações do TCE-ES, com destaque para a obrigatoriedade de disponibilização dos estoques de medicamentos das farmácias públicas em meio eletrônico, com atualização quinzenal, bem como a adoção de medidas voltadas ao aprimoramento da transparência, acessibilidade e usabilidade das informações.  Atuação corretiva e orientativa do controle interno, com foco na mitigação de riscos de responsabilização, no cumprimento da legislação vigente e no aprimoramento da governança da política pública de assistência farmacêutica.
--------	---	--	--

## 2.5. Monitoramento de Determinações do TCE-ES (2025)

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processo TC 2152/2024  Acórdão 3/2025-1 – Plenário  SESA	Monitoramento do subitem 1.2.2 do Acórdão 3/2025-1 – Plenário, proferido no Processo TC 2152/2024, relativo à auditoria operacional sobre a eficiência e eficácia das ações implementadas	Atuação da SECONT no monitoramento das deliberações do TCE-ES, mediante instauração de processo administrativo (E-a Docs nº 2025-JV2BZ) para acompanhamento do subitem



		operacionalização do Programa Nacional de Imunização (PNI) pelas Secretarias de Saúde.	1.2.2 do Acórdão 3/2025-1 – Plenário.  Comunicação formal à Secretaria Executiva de Saúde para ciência do Acórdão e das recomendações expedidas, com orientação quanto à adoção de providências relacionadas à melhoria da gestão da rede de frio, controle de perdas vacinais e estruturação do microplanejamento.  Acompanhamento das medidas adotadas pela SESA, com análise das informações encaminhadas em resposta ao Ofício nº 078/2025, evidenciando a implementação de providências relacionadas à manutenção de equipamentos, capacitação de equipes, comunicação com a população e organização das ações de imunização.  Verificação do cumprimento das recomendações do TCE-ES e registro do atendimento substancial das medidas propostas, com encerramento do procedimento administrativo.  Atuação voltada ao monitoramento contínuo das determinações do controle externo, nos termos do art. 74, inciso IV, da Constituição Federal.
--	--	--	---

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processo TC 7119/2024 Acórdão 794/2025-7 – Plenário  SESA	Monitoramento do Achado 7.2 do Acórdão 794/2025-7 – Plenário, proferido no Processo TC 7119/2024, decorrente de auditoria operacional voltada à avaliação das ações de prevenção e controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), com foco nas doenças cardiovasculares.	Atuação da SECONT no monitoramento das deliberações do TCE-ES, mediante instauração de processo administrativo (E-Docs nº 2025-LX9SN), com a finalidade de acompanhar o cumprimento das determinações e recomendações relacionadas ao Achado 7.2 do Acórdão 794/2025-7 – Plenário.  Comunicação formal à Secretaria Executiva de Saúde acerca do teor do Acórdão e das providências necessárias à regularização das fragilidades identificadas, especialmente quanto à ausência de medicamentos para tratamento



			<p>da hipertensão arterial sistêmica (HAS) na rede municipal, bem como à necessidade de adequação da gestão da assistência farmacêutica.</p> <p>Acompanhamento das medidas adotadas pela Secretaria de Saúde, com análise das informações e documentos encaminhados, incluindo manifestação técnica da área responsável pela assistência farmacêutica, voltada à regularização do abastecimento e ao aprimoramento dos controles relacionados à disponibilidade de medicamentos essenciais.</p> <p>Registro das conclusões no âmbito do processo administrativo.</p> <p>Atuação pautada no acompanhamento das determinações do controle externo, em consonância com as competências previstas no art. 74, inciso IV, da Constituição Federal.</p>
--	--	--	---

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processo TC 4002/2023-2 Acórdão TC 570/2024-8 – Plenário PMA e FMAS	Monitoramento das recomendações constantes do Acórdão TC 570/2024-8 – Plenário, proferido no Processo TC 4002/2023-2, decorrente de Auditoria Operacional voltada à avaliação da governança das políticas públicas para a Primeira Infância, com ênfase em planos, estruturação da política intersetorialidade e orçamento.	<p>A SECONT no acompanhamento das recomendações expedidas pelo TCE-ES, mediante instauração do processo administrativo nº 2025-S1DVD, com o objetivo de monitorar a adoção de medidas voltadas à estruturação da política municipal para a Primeira Infância.</p> <p>Expedição de comunicações formais às unidades responsáveis, especialmente à Secretaria Executiva de Assistência Social e Direitos Humanos e às áreas de planejamento e finanças, com orientações quanto à necessidade de adoção de providências para atendimento das recomendações relativas à instituição de governança intersetorial, elaboração de plano específico e adequação dos instrumentos de planejamento orçamentário.</p> <p>Acompanhamento das medidas implementadas pelo</p>



		<p>Município, com verificação da instituição da Política Municipal pela Primeira Infância, da formalização do Comitê Intersetorial para a Primeira Infância e da elaboração do Plano Municipal para a Primeira Infância – PMPI, incluindo a realização de audiência pública para sua apresentação, evidenciando a evolução no atendimento das recomendações do controle externo.</p> <p>Monitoramento das providências relacionadas à inserção da Primeira Infância nos instrumentos de planejamento orçamentário, notadamente quanto à priorização no Plano Plurianual vigente e à necessidade de identificação expressa das ações voltadas à Primeira Infância no PPA 2026-2029 e nos subsequentes, com definição de metas, indicadores e responsáveis, em conformidade com as diretrizes do Acórdão.</p> <p>Acompanhamento das medidas voltadas à transparência das despesas públicas destinadas à Primeira Infância, com orientação para a elaboração e divulgação de relatório anual contendo a consolidação dos recursos aplicados e o respectivo percentual em relação ao orçamento executado, bem como detalhamento por ação orçamentária.</p> <p>Registro das conclusões no âmbito do processo administrativo, com avaliação do nível de atendimento das recomendações expedidas pelo TCE-ES, indicando cumprimento parcial com avanços estruturais relevantes, sem prejuízo da necessidade de continuidade do monitoramento quanto aos aspectos orçamentários e de transparência ainda em fase de implementação.</p> <p>Atuação fundamentada no dever de apoio ao controle externo, nos termos do art. 74, inciso IV, da Constituição Federal.</p>
--	--	--





Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processo TC nº 06634/2025-9 (Operação Saúde)  SESA	Monitoramento da Auditoria Operacional realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, no âmbito do Processo TC nº 06634/2025-9 ("Operação Saúde"), voltada à avaliação das condições de infraestrutura, recursos humanos e assistência à saúde nas unidades de pronto atendimento não hospitalares.	<p>Atuação da SECONT no monitoramento da Auditoria Operacional instaurada pelo TCE-ES, mediante instauração do processo administrativo nº 2025-6NCX5, com a finalidade de acompanhar a tramitação da fiscalização e subsidiar a análise dos achados constantes do Relatório Individualizado Preliminar.</p> <p>Encaminhamento de comunicações formais à SESA, com ciência dos apontamentos preliminares do TCE-ES e solicitação de informações e providências necessárias às inconsistências identificadas.</p> <p>Realização de reiteradas solicitações de manifestação à SESA, com controle de prazos e registros no processo administrativo, visando à consolidação da resposta institucional ao TCE-ES.</p> <p>Registro da ausência de manifestação por parte da SESA, tanto em relação às solicitações do TCE-ES quanto às demandas encaminhadas pela SECONT, impossibilitando, naquele momento, a consolidação de resposta técnica e a avaliação das medidas corretivas.</p> <p>Diante desse contexto, procedeu-se ao arquivamento provisório do processo administrativo, com manutenção do acompanhamento da matéria e previsão de reabertura após a prolação do Acórdão pelo TCE-ES, a fim de promover o monitoramento das determinações e recomendações que vierem a ser expedidas.</p> <p>Atuação em apoio ao controle externo, nos termos do art. 74, inciso IV, da Constituição Federal.</p>

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle



TCE-ES	Acórdão TC 00537/2024-5 – Plenário Processo TC nº 03023/2023-2 Prefeitura e IPASMA	Monitoramento do Acórdão TC 00537/2024-5 – Plenário, proferido no Processo TC nº 03023/2023-2, relativo à fiscalização da sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Alegre, com foco no equilíbrio financeiro e atuarial.	<p>Atuação da SECONT no monitoramento das determinações e recomendações expedidas pelo TCE-ES, mediante acompanhamento do processo administrativo nº 7693/2024 (GED), instaurado para supervisão das medidas adotadas pelo Poder Executivo e pelo IPASMA.</p> <p>Expedição de comunicações formais, notificações e orientações técnicas aos gestores responsáveis (SEAD, IPASMA e Gabinete), com vistas à promoção do cumprimento das deliberações do Acórdão e à regularização das inconsistências identificadas no âmbito do RPPS.</p> <p>Acompanhamento sistemático das providências adotadas, com análise das respostas encaminhadas pelos gestores e verificação do atendimento dos itens do Acórdão, evidenciando cumprimento integral ou substancial da maioria das determinações e recomendações expedidas pelo TCE-ES.</p> <p>Identificação de pendência relevante relacionada à realização de concurso público para regularização das contratações temporárias e dos cargos em comissão, nos termos do art. 37, incisos II e IX, da Constituição Federal, cujo cumprimento foi classificado como parcial, condicionado à efetiva realização do certame.</p> <p>Adoção de medidas institucionais complementares para tratamento da pendência, com instauração de procedimento específico e articulação junto aos órgãos de controle, resultando na celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, prevendo a realização de concurso público e a regularização progressiva do quadro de pessoal do Município.</p> <p>Registro do atendimento substancial do Acórdão TC 00537/2024-5, com</p>
--------	--	---	---



			<p>encerramento do procedimento administrativo, sem prejuízo do acompanhamento específico da pendência remanescente no âmbito de processo próprio.</p> <p>Atuação em monitoramento contínuo das deliberações do controle externo, nos termos do art. 74, inciso IV, da Constituição Federal.</p>
--	--	--	--

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processo TC nº 01673/2022-5 Acórdão TC nº 00374/2024-1 Decisão TC nº 01128/2025-5  PMA	Monitoramento e recomendação para atendimento à Decisão TC nº 01128/2025-5, referente ao cumprimento das determinações constantes do Acórdão TC nº 00374/2024-1 – Plenário, decorrente de fiscalização âmbito do Processo TC nº 01673/2022-5, relativas à economia-financeira dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU).	<p>Atuação da SECONT no monitoramento das determinações expedidas pelo TCE-ES no Acórdão TC nº 00374/2024-1 – Plenário, sobre a sustentabilidade econômico-financeira dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU), com foco na definição da entidade reguladora e na adequação dos instrumentos de cobrança.</p> <p>Análise da Decisão TC nº 01128/2025-5, que identificou a ausência de comprovação do cumprimento das determinações por diversos municípios, incluindo o Município de Alegre, e determinou a expedição de comunicação de diligência para apresentação de documentação comprobatória no prazo de 30 dias.</p> <p>Expedição do Ofício nº 117/2025 – SECONT, com recomendação ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria Executiva de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMADS), para adoção imediata de providências visando ao atendimento integral das determinações do TCE-ES, incluindo: apresentação de justificativas formais quanto ao não cumprimento anterior, elaboração e encaminhamento de documentação comprobatória atualizada, e observância de prazo para envio ao órgão de controle externo.</p> <p>Atuação orientativa e preventiva da SECONT, com alerta quanto aos riscos de</p>



			<p>responsabilização decorrentes da inércia ou do atendimento parcial das determinações do TCE-ES, promovendo o alinhamento institucional e o cumprimento das exigências legais e regulatórias aplicáveis ao setor de saneamento básico.</p> <p>Apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, nos termos do art. 74, IV, da Constituição Federal.</p>
--	--	--	---

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processo TC nº 05696/2025-8 Acórdão TC nº 01178/2025-3  PMA	Monitoramento do Acórdão TC nº 01178/2025-3, proferido no âmbito do Processo TC nº 05696/2025-8, referente à representação envolvendo o Pregão Eletrônico nº 017/2025, cujo objeto consistiu na contratação de serviços de transporte de resíduos urbanos e locação de caixas estacionárias, com apuração de irregularidades relacionadas à habilitação da empresa inicialmente declarada vencedora.	<p>Atuação da SECONT no acompanhamento do Acórdão TC nº 01178/2025-3, no qual o TCE-ES, embora tenha reconhecido a perda superveniente do objeto da representação em razão da correção administrativa promovida pelo Município — com a desclassificação da empresa inicialmente vencedora e convocação da segunda colocada —, determinou a ciência ao Município e ao controle interno quanto à gravidade da indevida declaração de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte e à necessidade de rigor na condução do processo administrativo sancionador.</p> <p>Expedição de manifestação técnica pela SECONT estabelecendo diretrizes para a adequada condução do processo administrativo nº 2025-4C7HP, com base nos parâmetros fixados pelo TCE-ES e na jurisprudência consolidada acerca da caracterização de fraude à licitação decorrente do uso indevido dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, incluindo a exigência de análise quanto ao impacto concorrencial, tipificação da conduta e observância do contraditório e da ampla defesa.</p> <p>Definição de fluxo de acompanhamento por marcos processuais, com determinação de remessa dos autos à SECONT em etapas críticas do processo (antes da decisão final, após decisão e</p>



		<p>em caso de recurso), visando assegurar a conformidade procedimental, a consistência jurídica da decisão administrativa e a aderência aos entendimentos do TCE-ES.</p> <p>Análise da instrução processual e manifestação favorável ao prosseguimento do feito para instauração formal de processo administrativo sancionador, com fundamento na existência de elementos indicativos de irregularidade, assegurando a observância do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa e da adequada produção de provas.</p> <p>Atuação preventiva, orientativa e de controle de conformidade, com foco na mitigação de riscos de responsabilização, no fortalecimento da integridade das contratações públicas e na adequação dos procedimentos administrativos aos parâmetros fixados pelo TCE-ES e pela jurisprudência dos tribunais de contas.</p>
--	--	--

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processo TC nº 05769/2025-3  Relatórios Técnicos nº 00186/2025-6 (NCCONTAS) e nº 00114/2025-1 (NPPREV)  Instrução Técnica Conclusiva 007232026-5  PCA de Prefeito de 2024  PMA	Monitoramento da Prestação de Contas Anual do Prefeito – Exercício de 2024, no âmbito do Processo TC nº 05769/2025-3, com acompanhamento dos indicadores de não conformidade e alertas constantes dos Relatórios Técnicos nº 00186/2025-6 (NCCONTAS) e nº 00114/2025-1 (NPPREV).	<p>Atuação da SECONT na instauração e condução do processo administrativo nº 2025-98HM9, destinado ao monitoramento das inconsistências apontadas pelo TCE-ES na análise da Prestação de Contas Anual do Prefeito, exercício de 2024, abrangendo aspectos fiscais, orçamentários, previdenciários e de políticas públicas.</p> <p>Expedição de comunicações formais ao Chefe do Poder Executivo e aos gestores das Secretarias Municipais e do IPASMA, com encaminhamento dos alertas e determinações constantes dos relatórios técnicos do TCE-ES, bem como definição de prazo para apresentação de justificativas e comprovação das medidas adotadas.</p> <p>Recebimento das manifestações e documentos apresentados pelos órgãos municipais (após algumas dilações de prazos),</p>



		<p>encontrando-se o processo, na presente fase, em análise das respostas encaminhadas, com avaliação da suficiência das medidas corretivas implementadas e da aderência às recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas.</p> <p>Registra-se que, até o momento, foram apresentadas manifestações pela maior parte das unidades gestoras, permanecendo pendente a resposta do IPASMA.</p> <p>Destaca-se que o processo possui natureza continuada, não se limitando à fase de resposta inicial, sendo utilizado como instrumento de acompanhamento sistemático ao longo do exercício de 2026, com o objetivo de colaborar com a correção das falhas estruturais identificadas no exercício de 2024, fortalecer os mecanismos de governança e assegurar a melhoria dos padrões de conformidade fiscal, orçamentária e administrativa do Município.</p> <p>Atuação orientativa e preventiva junto aos gestores municipais, com foco na implementação de medidas corretivas, no aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão, e na mitigação de riscos de responsabilização perante os órgãos de controle externo.</p>
--	--	--

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processos PCA PMA e IPASMA  Processo Administrativo nº 2025-R3623  PMA e IPASMA	Monitoramento contínuo das determinações do TCE-ES quanto à recomposição do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos valores das reservas consumidas indevidamente, bem como acompanhamento da insuficiência financeira do regime.	Atuação da SECONT no monitoramento permanente das determinações expedidas pelo TCE-ES relativas à obrigatoriedade de recomposição ao RPPS dos valores das reservas previdenciárias utilizadas indevidamente em exercícios anteriores, bem como à vedação de utilização dos recursos do plano de amortização e dos rendimentos financeiros para o custeio de benefícios previdenciários.  Instaurado o processo administrativo nº 2025-R3623, com a finalidade de acompanhar, de forma





		<p>sistemática e continuada, a insuficiência financeira do RPPS e a adoção das medidas necessárias à recomposição dos valores devidos e à regularização da gestão previdenciária.</p> <p>Expedição de comunicações formais periódicas ao Prefeito Municipal e ao IPASMA, com recomendações para:</p> <p>Recomposição integral dos valores utilizados indevidamente, devidamente atualizados e acrescidos dos encargos legais; interrupção da utilização irregular dos recursos vinculados ao plano de amortização; e realização do repasse mensal da insuficiência financeira do regime, conforme exigido pela legislação previdenciária.</p> <p>Acompanhamento mensal das medidas adotadas, com registro reiterado de notificações e orientações técnicas, visando assegurar o cumprimento contínuo das determinações do TCE-ES e a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.</p> <p>Atuação preventiva e corretiva da SECONT, com alerta quanto aos riscos de responsabilização dos gestores em caso de descumprimento das obrigações previdenciárias.</p> <p>Atuação estruturante, com foco na regularização da gestão previdenciária municipal, na recomposição das reservas técnicas e na mitigação de riscos fiscais e atuariais de longo prazo.</p>
--	--	---

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Comunicação nº 03252/2025 do TCE-ES  Processo Administrativo nº 2025-24T4N  PMA, IPASMA e FMAS	Apuração e monitoramento de inconsistência na alíquota de contribuição complementar do RPPS, identificada pelo TCE-ES por meio do Ponto de Controle 1165, nas remessas referentes aos meses de julho a outubro de 2025.	Atuação da SECONT a partir da Comunicação nº 03252/2025 do TCE-ES, que apontou inconsistência grave na alíquota de contribuição complementar informada pelo Município, evidenciada pela divergência entre os percentuais registrados na folha de pagamento e aqueles declarados pela Unidade Gestora do RPPS na remessa



		<p>da PCM, em desconformidade com o plano de amortização do déficit atuarial.</p> <p>Instaurado o processo administrativo nº 2025-24T4N, com a finalidade de apurar os fatos, identificar as causas da inconsistência e promover a regularização das informações prestadas ao Tribunal de Contas.</p> <p>Expedição de ofício aos gestores municipais e ao IPASMA, com caráter de urgência, estabelecendo prazo para apresentação de justificativas formais e determinação de adoção imediata de providências para correção da inconsistência, bem como para assegurar a conformidade entre as remessas da folha de pagamento (PCF) e da prestação de contas do RPPS (PCM).</p> <p>Análise das informações e documentos apresentados pelas unidades responsáveis, incluindo justificativas técnicas que apontaram possível inconsistência na parametrização ou transmissão dos arquivos eletrônicos ao sistema Cidades, com adoção de medidas voltadas à verificação da integridade dos dados e à eventual correção das remessas.</p> <p>Atuação continuada da SECONT, com reiteração de cobranças, realização de novas diligências e comunicação ao TCE-ES quanto às providências adotadas, visando assegurar a regularização das inconsistências e a conformidade das informações previdenciárias, bem como mitigar riscos de repercussão negativa na análise das contas do Município.</p>
--	--	---

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processo TC nº 00638/2025-6  Acórdão TCE-ES nº 00829/2025-7  Todas as UGs e Autarquias com exceção da FAFIA	Acompanhamento e monitoramento do cumprimento das determinações constantes do Acórdão nº 00829/2025-7 do TCE-ES, relacionadas à consistência, integridade e governança das bases	Instaurado o processo administrativo nº 2026-S1DFP, por meio do sistema E-Docs (Matriz), com a finalidade de acompanhar e monitorar o atendimento às determinações expedidas pelo TCE-ES no



		<p>cadastrais utilizadas nas avaliações atuariais do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.</p> <p>Acórdão nº 00829/2025-7, especialmente no que se refere à necessidade de aprimoramento das bases cadastrais utilizadas nas avaliações atuariais do RPPS.</p> <p>Realização de acompanhamento contínuo das providências adotadas pelos órgãos responsáveis, notadamente a Secretaria de Administração e a Unidade Gestora do RPPS (IPASMA), incluindo a solicitação de informações, análise de dados, verificação de fluxos de atualização cadastral e monitoramento das medidas implementadas para saneamento de eventuais inconsistências identificadas.</p> <p>Atuação ainda em curso, com desenvolvimento de ações voltadas à estruturação de rotinas e mecanismos de governança de dados previdenciários, visando assegurar a fidedignidade das informações utilizadas nas avaliações atuariais e o atendimento integral às determinações do TCE-ES, permanecendo o processo em fase de acompanhamento e monitoramento.</p>
--	--	--

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processo TC nº 03023/2023-2  Acórdão nº 00537/2024-5 – Plenário  Todas as UGs e Autarquias (exceto FAFIA)	Monitoramento e acompanhamento do cumprimento das determinações constantes do Acórdão nº 00537/2024-5 – Plenário, do TCE-ES, relativas à sustentabilidade do RPPS, incluindo a realização de concurso público, adequação do plano de custeio e demais itens remanescentes.	<p>Instaurado o processo administrativo nº 2025-49GH1, por meio do sistema E-Docs, com a finalidade de promover o acompanhamento contínuo das determinações expedidas pelo TCE-ES no Acórdão nº 00537/2024-5 – Plenário, no âmbito da fiscalização da sustentabilidade do RPPS.</p> <p>O processo decorre de procedimento anterior no qual foi reconhecido o atendimento substancial das determinações do Tribunal, remanescendo como pendência relevante a realização de concurso público municipal, considerada medida indispensável à regularização do quadro de pessoal e ao atendimento integral das exigências constitucionais e legais aplicáveis.</p>



		<p>No âmbito do referido acompanhamento, foram adotadas providências voltadas à adequação do plano de custeio do RPPS, incluindo a elaboração de anteprojeto de lei para elevação da alíquota de contribuição patronal, com base em estudo de impacto atuarial, em atendimento à determinação do Tribunal de Contas quanto à necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial do regime.</p> <p>Vale ressaltar que o referido PL foi, enfim, aprovado em março/2026, passando a alíquota patronal para 28%, com vigência a partir do mês de abril/2026.</p> <p>Adicionalmente, verifica-se a formalização de TAC celebrado com o MPES, por meio do qual o Município assumiu obrigações relacionadas à realização de concurso público e à substituição progressiva de servidores temporários por efetivos, com definição de prazos e metas para regularização do quadro de pessoal.</p> <p>A atuação da SECONT permanece em curso, com monitoramento contínuo das providências adotadas pelos órgãos responsáveis, especialmente quanto à implementação das medidas previstas no TAC, à tramitação legislativa da adequação do plano de custeio e à organização do concurso público, considerando tratar-se de matéria de elevada relevância institucional, com impactos diretos na sustentabilidade do RPPS e na conformidade da gestão municipal às determinações dos órgãos de controle externo.</p>
--	--	---

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processo TC nº 04218/2025-5 Acórdão nº 00989/2025-1 – 2ª Câmara FMAS	Monitoramento do Acórdão nº 00989/2025-1 – 2ª Câmara, referente à Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Assistência Social de Alegre, exercício de 2024, com emissão de alerta e ciência ao órgão jurisdicionado.	Atuação da SECONT no acompanhamento do Acórdão nº 00989/2025-1 – 2ª Câmara, proferido no âmbito do Processo TC nº 04218/2025-5, por meio do qual o TCE-ES julgou regulares as contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Alegre, relativas ao



		<p>exercício de 2024, com a consequente quitação da responsável, bem como a emissão de alerta e ciência ao órgão jurisdicionado quanto a pontos de melhoria identificados pela área técnica.</p> <p>Análise dos apontamentos constantes do Relatório Técnico nº 00073/2025-6 e da Instrução Técnica Conclusiva nº 04125/2025-7, que indicaram a necessidade de aprimoramento das rotinas contábeis e patrimoniais, especialmente quanto ao reconhecimento, mensuração e evidencição dos bens do ativo imobilizado e intangível, com a devida apropriação de depreciação, amortização e exaustão, bem como quanto ao registro de obrigações por competência relacionadas a benefícios a empregados.</p> <p>Expedição do Ofício nº 062/2026 – SECONT, com ciência formal à gestora responsável e encaminhamento à Superintendência Contábil Geral, com determinação para adoção de providências voltadas à regularização dos procedimentos contábeis e patrimoniais, bem como apresentação, no prazo fixado, de manifestação contendo as medidas implementadas ou plano de ação com definição de responsáveis e prazos.</p> <p>Atuação preventiva e orientativa do controle interno, com foco no aprimoramento das rotinas administrativas e contábeis, na adequação às normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como na prevenção da recorrência de inconsistências em futuras prestações de contas.</p>
--	--	--

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)			
Órgão de Controle	Processo / Acórdão	Assunto	Medidas de Controle
TCE-ES	Processo TC nº 03674/2025-8 Acórdão TC nº 00960/2025-3 – Plenário	Monitoramento do Acórdão TC nº 00960/2025-3 – Plenário, referente à política pública de prevenção e controle do câncer de colo de útero, com foco na	Atuação da SECONT na instauração de procedimento administrativo específico destinado ao monitoramento do Acórdão TC nº 00960/2025-3 –



	SESA	<p>cobertura vacinal contra HPV e na realização de exames citopatológicos no Município de Alegre.</p> <p>Plenário, proferido no âmbito do Processo TC nº 03674/2025-8, que avaliou a efetividade da política pública de prevenção e controle do câncer de colo de útero, evidenciando a persistência de fragilidades estruturais relacionadas à baixa cobertura vacinal contra HPV e à insuficiência na realização de exames citopatológicos.</p> <p>Verificação de que o Município de Alegre foi cientificado pelo Tribunal de Contas quanto ao não atingimento dos parâmetros mínimos de cobertura, notadamente vacinação inferior a 90% para meninos e cobertura inferior a 80% de exames citopatológicos para mulheres entre 25 e 64 anos, em desacordo com as diretrizes nacionais de saúde pública.</p> <p>Instituição de procedimento formal de monitoramento, com notificação à SESA para apresentação, no prazo de 60 dias, de Plano de Ação estruturado, contendo diagnóstico situacional, metas progressivas, medidas operacionais, cronograma de execução, definição de responsáveis e metodologia de acompanhamento contínuo.</p> <p>Atuação do controle interno com caráter preventivo, orientativo e indutor, voltada à melhoria da efetividade da política pública de saúde, à superação das deficiências estruturais apontadas pelo TCE-ES e à preparação do Município para o próximo ciclo de monitoramento, no qual será avaliado o progresso concreto e documentado das ações implementadas.</p>
--	------	--

## 2.6. Tomada de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos Instaurados (2025)

No exercício de 2025, não foram instauradas Tomadas de Contas Especiais. As que foram instauradas em exercícios anteriores transitaram em julgado, resultando no arquivamento pelo TCE-ES, nos termos da Instrução Normativa TC nº 32/2014.





---

## 2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, na forma como determina a Lei nº 3.582/2020, assim como as normas específicas do TCE-ES (Instrução Normativa nº 68/2020 e Resolução nº 227/2011), a SECONT apresenta para apreciação desta Egrégia Corte de Contas do Estado do Espírito Santo o presente **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – RELACI – 3.2.22 (PMA)**.

De acordo com os resultados apresentados neste relatório fica evidenciado que as atividades da SECONT, no exercício de 2025, foram pautadas pelo compromisso de agregar valor à gestão das diversas áreas da administração municipal, bem como pelo atendimento do PAA e do PAAI, atentando sempre para o cumprimento dos princípios que regem a atuação da administração pública (art. 37, CF).

Apesar dos fatos relevantes que impactaram as atividades da SECONT, percebe-se com clareza que cumprimos com as nossas atribuições e competências, ao assistir o Poder Executivo do Município de Alegre na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias na execução dos trabalhos nas diversas áreas, nos controles internos administrativos e ao sugerir soluções para as inconsistências detectadas, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.

Alegre/ES, 24 de março de 2026.

**KASSIO VALADARES AMORIM**  
Secretário Executivo de Controle e Transparência  
Decreto Municipal nº 13.967/2025